

## Artigos Originais

### CURRÍCULO OFICIAL E CURRÍCULO FORMAL: MATERIALIZAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS

#### Original Articles

### OFFICIAL CURRICULUM AND FORMAL CURRICULUM: MATERIALIZATION IN MUNICIPAL SCHOOLS IN NORTHERN MINAS GERAIS

Zilmar Santos Cardoso\*

<http://lattes.cnpq.br/8435005519684374>

[zilmar.cardoso@ead.unimontes.br](mailto:zilmar.cardoso@ead.unimontes.br)



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

#### RESUMO

Neste artigo discutimos o currículo escolar, tomando como referencial o currículo oficial e a sua materialização nas escolas. O objetivo do estudo consistiu em analisar o processo de elaboração do currículo das escolas dos municípios de Bocaiuva e Janaúba, bem como analisar como estas escolas trabalham com este currículo. A literatura especializada apresenta diversos tipos de currículo escolar, neste trabalho tomamos como base para os nossos estudos, o currículo oficial e o currículo formal, considerando que o currículo oficial abrange as diretrizes determinadas pelos órgãos normativos educacionais federais, estaduais e municipais, e o currículo formal consiste no planejamento das escolas de todas as atividades e conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, com base no currículo oficial. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, realizada por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os estudos demonstraram que apesar de haver um controle dos órgãos normativos educacionais para o cumprimento do currículo oficial, em função das dificuldades enfrentadas em sala de aula e pelas diversas realidades dos alunos as escolas realizam mudanças no currículo prescrito. Observou-se também que nem sempre a proposta do currículo oficial é atendida pelas escolas.

**Palavras-chave:** currículo oficial. currículo formal. escolas municipais.

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

## **ABSTRACT**

In this article we discuss the curriculum, taking as a reference the official curriculum and its achievement in schools. The objective of this study was to analyze the process of elaboration of such curriculum in municipal schools from Bocaiúva and Janaúba, as well as analyze how these schools work with this curriculum. Specialized literature features several types of curriculum, but in this work we take as the basis for our studies the official curriculum and the formal curriculum, once the official curriculum covers the guidelines determined by federal, state and municipal educational regulatory agencies, and the formal curriculum is the planning of all activities and contents to be worked in classroom based on the official curriculum. The research has a qualitative approach, carried out through documentary analysis and semi-structured interviews. Studies have shown that although there is a control from the part of educational regulatory departments to guarantee the compliance of the official curriculum, in the light of the difficulties faced in classrooms and the different realities of students, schools carry some changes out in the prescribed curriculum. We also observed that not always the official curriculum proposal may be met by schools.

Keywords: official curriculum. formal curriculum. municipal schools.

## **Introdução**

Esse trabalho caracteriza-se por uma pesquisa em nível de mestrado que teve como objetivo principal identificar como ocorre o processo de elaboração do currículo o das escolas municipais do Norte de Minas, bem como, analisar como estas instituições trabalham com este currículo. O texto divide-se em três seções: na primeira empreendemos uma análise sobre o currículo oficial e seus instrumentos reguladores, em seguida apresentamos a pesquisa e os resultados obtidos e por fim traçamos as considerações finais da análise empreendida.

Os estudos que vem sendo desenvolvidos sobre a temática curricular se relacionam com as constantes mudanças que ocorrem no meio social, direcionando para a necessidade de um olhar mais crítico para o currículo escolar, considerando que estas transformações produzem um distanciamento entre as experiências proporcionadas pela escola e pelo currículo e a realidade dos seus alunos.

Ao analisarmos a legislação Nacional sobre a Educação, percebemos que os órgãos oficiais federais, estaduais e municipais da educação têm como função

principal estabelecer diretrizes e normas a serem cumpridas pelos estabelecimentos de ensino. Essas diretrizes incluem normas para a elaboração da proposta curricular das escolas, a partir das quais estas se submetem a uma proposta oficial, adequada a cada nível de ensino.

Essas normas e diretrizes estipuladas pelos órgãos normativos educacionais para a construção do currículo escolar constituem o currículo oficial. Ele é um instrumento elaborado para normatizar os conhecimentos a serem trabalhados pelos professores nas escolas nos diversos níveis educacionais, em todo o país, seguindo conteúdos mínimos, organizados em uma sequência temporal (FOURQUIN, 1993; BIANCHI, 2001). O currículo oficial em nível nacional se encontra na Proposta Curricular Oficial dos órgãos normativos, que são: LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 2001).

Os Estados e Municípios têm autonomia no sentido de dirimir normas ou diretrizes no sistema educacional específico da sua esfera, autonomia esta delegada pela LDB (BRASIL, 1996), no sentido de possibilitar adequações em função das especificidades regionais. No caso do Estado de Minas Gerais foram adotados os Conteúdos Básicos Curriculares<sup>1</sup> – CBC (MINAS GERAIS, s/d) e as Orientações para o Ciclo Inicial de Alfabetização – Cadernos do CEALE<sup>2</sup> (MINAS GERAIS, 2003). Alguns municípios preferem integrar-se ao sistema estadual de ensino, ao invés de criar um sistema municipal de ensino diferenciado do sistema estadual.

Para além de a legislação educacional afirmar que os sistemas de ensino e a instituição escolar têm autonomia para a elaboração do currículo, encontra-se, na sociedade, fatores econômicos e culturais que determinam ou influenciam na elaboração do currículo escolar. A importância da elaboração do currículo escolar está no fato de que ele será o instrumento capaz de apontar qual conhecimento será trabalhado pelos professores e qual a importância desse conhecimento para a realidade escolar. Verifica-se ainda em Moreira (1997) e Coll (1997), a importância

---

<sup>1</sup> O CBC é uma proposta curricular com indicação de conteúdos a serem trabalhados nas diversas disciplinas do ensino fundamental e médio, elaborada pela Secretaria Estadual de Educação da Minas Gerais.

<sup>2</sup> Os cadernos do Ceale, compreende uma coleção de 24 cadernos, elaborados pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação – FAE/UFMG em parceria com o Ministério da Educação. Destina-se ao Ciclo Inicial de Alfabetização.

dos seguintes questionamentos: O que deve um currículo conter? Como organizar esses conteúdos? Como selecionar as experiências de aprendizagem a serem oferecidas? Como organizá-las relacionando-as aos interesses e ao desenvolvimento do estudante?

A elaboração do currículo está permeada por influências exercidas pelos órgãos governamentais do Estado, pelo contexto escolar - expressas pelos profissionais, pelos alunos e comunidade escolar - e ainda pelo contexto social, que exprime os interesses da sociedade como um todo.

A escola por sua vez, não pode ser considerada uma instituição neutra. No seu interior, trabalham pessoas que possuem crenças e valores próprios e que, de uma forma ou de outra, transmitem para os alunos seu modo de vida, seus ideais, suas crenças religiosas, políticas, suas maneiras de agir, todo um comportamento que é próprio das pessoas que ali trabalham. Esse processo é marcado por uma visão de um grupo, que constitui o contexto escolar, sendo, portanto, passível de ser considerada como a visão mais próxima da realidade dos alunos daquela comunidade. Pode-se perceber isso nos valores atribuídos aos conhecimentos trabalhados pelas diversas disciplinas. Moreira e Silva observam que a escola é passível a uma formação ideológica:

A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através das matérias suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, por exemplo, seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais "técnicas", como ciências e matemática (MOREIRA e SILVA, 2000, p. 31).

Cada grupo social é fortemente influenciado e formado pelas características próprias do seu meio, de acordo com valores, padrões e normas específicas, constituindo assim sua própria cultura. Nesse sentido Moreira afirma que:

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis. Em virtude da importância desses processos, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque no desenvolvimento pedagógico (MOREIRA, 1997, p. 11).

Sobre a elaboração do currículo escolar, Paulo Freire (1996), aponta a

necessidade de uma proposta curricular permeada pelo contexto social do educando, partindo-se da sua realidade para o planejamento das atividades escolares.

[...] numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não invólucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças (FREIRE, 1996, p. 20).

Nesse sentido, a proposta de educação de Paulo Freire (1996) aponta para uma concepção mais ampla do currículo, propõe que através dos conteúdos, das atividades escolares, seja possível não só a aprendizagem específica das disciplinas, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da própria realidade, o que dá condições ao educando de pensar a respeito das perspectivas de sua própria transformação. Na literatura especializada encontramos vários outros autores, que assim como Paulo Freire, defendem o currículo escolar como uma construção a ser realizada no cotidiano escolar, como Forquin (1993), Sacristan (1998), Silva (2003).

### **Currículo e controle**

Verifica-se duas linhas que norteiam o planejamento do currículo escolar: uma perspectiva que defende a necessidade de adaptação do planejamento curricular às necessidades do educando, para a construção de uma aprendizagem transformadora, e outra, que reproduz os mecanismos de funcionamento da sociedade, tornando-a reprodutora de um conhecimento oficial. Esse conhecimento padronizado determina o mínimo necessário para a formação do cidadão nesta sociedade, mas pode não contribuir com uma formação ampla e consciente do aluno.

Assim a escola enfrenta esse dilema no processo de elaboração do currículo escolar. Nesse sentido, Silva argumenta que:

Nem a escola, nem o currículo, existem livremente, modificáveis segundo a vontade de educadores e professores, ou de qualquer outro grupo. O modo educacional na sociedade moderna está rígida e detalhadamente controlado e regulamentado pelo Estado (SILVA, 1992, p. 84).

A organização do sistema escolar é regida por uma série de instrumentos que exercem o papel de garantir a aplicabilidade ou execução do currículo oficial nas escolas. Eles estão presentes nos processos seletivos para ingresso nas universidades públicas, nos concursos para ingresso em instituições públicas e nas avaliações externas que são aplicados para os alunos da educação básica em nível nacional, elaboradas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica<sup>3</sup> - SAEB, que têm como objetivo principal fornecer indicativos sobre a qualidade do ensino. No Estado de Minas Gerais essas avaliações são realizadas também pelo SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica).

A função do SIMAVE consiste em desenvolver programas de avaliação integrados, cujos resultados apresentem informações importantes para responder prontamente às necessidades de planejamento e ação nos diferentes níveis e momentos: da sala de aula, da escola e do sistema; da ação docente, da gestão escolar e das políticas públicas para a educação; do nível de aprendizagem na alfabetização e nos conteúdos básicos do Ensino Fundamental e Médio.<sup>4</sup>

Atualmente, no âmbito do SIMAVE, três diferentes programas de avaliação se articulam: O PROALFA, O PROEB e o PAAE. Vejamos a finalidade de cada um:

PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização: verifica níveis de alfabetização alcançados pelos alunos da rede pública e indica intervenções necessárias para a correção dos problemas identificados.

PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica: avaliação em larga escala, verifica a eficiência e a qualidade do ensino no Estado de Minas Gerais a partir dos resultados sobre o desempenho das escolas nas séries finais dos blocos de ensino.

PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar: realiza diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar e do ensino, fornecendo subsídios para fundamentar planos de intervenção pedagógica durante o ano letivo.<sup>5</sup>

Percebe-se que o controle está presente de maneira bem solidificada no sistema educacional, restando assim para as escolas uma restrita autonomia. Esta autonomia é orientada pela LDEN (BRASIL, 1996) para a construção e execução da proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do sistema de ensino. Ou

---

<sup>3</sup> Informações disponível em [portal.inep.gov.br](http://portal.inep.gov.br). Acesso em 22 set. 2012.

<sup>4</sup> Informações disponível em [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br). Acesso em 22 Set. 2012.

<sup>5</sup> [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br). Acesso em: 22 Set. 2008.

seja, respeitando o Currículo Oficial proposto. Sobre essa situação, Silva (1990, p. XIII) explicita que: “[...] o currículo proposto *a priori* já vem construído e cabe ao professor executá-lo”. Sendo assim, a autonomia que as escolas ou os professores usufruem para a construção do currículo escolar, acaba por ficar numa perspectiva fora das reais necessidades do contexto escolar.

Mas também há de se considerar que as experiências prévias de cada sujeito determinam o modo como ele interage com os saberes propostos pelo currículo e sua execução. Encontramos também em Silva (2003, p. 83) a seguinte afirmação: “Como qualquer outro artefato cultural, como qualquer outra prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos.” Assim, a escola através do seu currículo, tem o poder de formar pessoas. Essas pessoas se formarão de maneiras diferenciadas e específicas, pois nem todas as escolas exercem a mesma ação através do seu currículo.

A relação do professor e do aluno com o currículo, por essa abordagem, torna-se complexa, pois o tipo de conhecimento a ser trabalhado pelo professor está condicionado a um currículo determinado (oficial), mas a sua ação, a forma de trabalhar, o enfoque dado depende da visão do professor. O aluno, nesse processo, está sujeito ao conhecimento específico oferecido pelo currículo, à ação realizada pelo professor e à sua própria valorização do conhecimento.

A educação escolar, considerada como instrumento essencial para a socialização e a preparação do ser humano para a convivência em sociedade, pelo ensino institucionalizado, exerce seu papel através do currículo escolar. Mas essa formação também se expressa de acordo com as ações realizadas na aplicação do currículo escolar. Conforme argumenta Silva (2003, p. 194) “[...] o currículo tem de ser visto em suas ações (aquilo que fazemos) e em seus efeitos (o que ele nos faz). Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz”.

Nessa perspectiva, a ação exercida pela escola por meio dos conhecimentos privilegiados, as atitudes e valores considerados ideais, o comportamento desejado e valorizado, nos faz ser o que somos. A identidade do cidadão dependerá, entre outras coisas, da educação a que terá acesso. Essa ação se materializa na escolha dos conteúdos escolares de acordo com a classe social dos alunos que frequentam

as escolas. Quanto mais dificuldades financeiras, menos condição de acesso a um conhecimento mais elaborado; quanto maior o poder aquisitivo, mais possibilidades de acesso ao mundo da informação e aos conhecimentos mais elaborados, como descreve Silva (1992, p. 83) “[...] sob um mesmo rótulo, a escola oferece um produto diferente aos diferentes grupos e classes sociais”. Sendo assim, mesmo pertencentes a uma mesma esfera educacional, as escolas sofrem as influências do meio social. O funcionamento de uma escola pública, numa cidade do interior, será conseqüentemente diferenciado do funcionamento de uma escola pública de uma metrópole. Silva argumenta ainda que:

[...] essas diferenças podem se manifestar já na relação de itens a serem transmitidos, ou seja, no currículo oficial, dependendo da localização da escola, da dependência administrativa, etc. Mas de forma ainda mais sutil, ela usualmente se manifesta através das modificações que se efetuam no currículo oficial por força de condições locais diferentes, que variam de acordo com a classe social dos grupos atendidos (SILVA, 1992, p. 83).

As escolas públicas se organizam segundo a esfera governamental a qual pertence, federal, estadual, ou municipal. Mas ocorrem perceptíveis diferenças entre essas escolas, seja na organização, seja na qualidade do ensino, ou mesmo nas propostas pedagógicas. Silva (1992, p. 83) explicita que “[...] mesmo no interior das escolas públicas há outros fatores que determinam uma diferenciação interna de acordo com a classe social dos grupos que as frequentam”. O fator social, e o contexto escolar se apresentam como significantes elementos que norteiam as transformações realizadas no currículo oficial. Assim o trabalho realizado com o currículo escolar, efetivamente determina o ato de incluir ou de excluir, de inferiorizar ou estigmatizar.

Faz-se necessário uma visão mais atenta para o currículo escolar. A proposta é observarmos esse instrumento de regulação com um olhar crítico, neste sentido para Silva é preciso

[...] ver o currículo como sendo necessariamente constituído por regulação e controle não significa aceitar os regimes de controle e regulação existentes. Reconhecer a existência de um vínculo necessário entre currículo e governo significa, antes, apresentar uma disposição a examinar as formas pelas quais esse vínculo é realizado e efetivado. O vínculo pode ser necessário, mas suas



formas não. A diferença entre um regime de regulação e outro, pode significar a diferença entre mais exclusão e menos exclusão, entre maior discriminação e pouca ou nenhuma discriminação. Identificar e questionar os atuais regimes de regulação inscritos no currículo significa abrir a possibilidade de contestar e modificar aquelas relações de poder que tendem a excluir certos saberes e grupos sociais, que tendem a estigmatizá-los e a inferiorizá-los (SILVA, 2003, p. 202).

Observa-se que a escola pública está sob controle dos órgãos governamentais, mas o trabalho realizado em sala de aula, antes de tudo, precisa privilegiar as reais necessidades dos alunos, proporcionando possibilidades para a construção de uma educação que valorize os saberes dos diversos grupos que ali estão presentes.

### **Os caminhos da pesquisa**

Na realização deste trabalho, empenhamos em desenvolver um estudo sobre o processo de elaboração do currículo das escolas municipais dos municípios de Bocaiuva e Janaúba, e a sua materialização nessas instituições. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto às pessoas diretamente envolvidas nesse processo.

A pesquisa foi realizada nos municípios de Bocaiuva e Janaúba situados Norte de Minas Gerais, pelo fato de o interesse pela pesquisa ter surgido nas discussões em sala de aula com os alunos do curso de Pedagogia, nestas localidades. Para amostra de dados, foram selecionadas três escolas da rede municipal de Bocaiuva e três escolas da mesma rede em Janaúba, bem como as Secretarias Municipais de Educação dos dois municípios.

O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, concretizada por meio de análise de documentos e entrevistas semiestruturadas realizadas nas Secretarias Municipais de Educação e nas escolas municipais. Nas Secretarias de Educação, as entrevistas foram realizadas com as pedagogas (uma pedagoga em cada Secretaria) responsáveis pela elaboração do currículo das escolas municipais. Nas escolas os dados foram colhidos com uma supervisora pedagógica e uma professora, em cada instituição.

## **O processo de elaboração do currículo das escolas: as ações nas Secretarias de Educação**

A pesquisa nas Secretarias Municipais de Educação evidenciou que as escolas das duas cidades adotam o mesmo Sistema Educacional do Estado, implantando em seus estabelecimentos educacionais as mesmas propostas curriculares e avaliações sistêmicas oferecidas pelo Governo de Minas Gerais. Com base nas propostas curriculares oficiais, em nível nacional e em nível estadual, a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação dos dois municípios elabora o currículo a ser trabalhado pelas escolas municipais.

Observa-se um trabalho comum entre os dois municípios, qual seja, a elaboração do currículo a ser trabalhado pelas escolas municipais. Ele é elaborado conforme as diretrizes nacionais da LDB 9394/96 e pelos PCN e em nível estadual pelo CBC e Cadernos do CEALE. A partir dessas diretrizes, as Secretarias Municipais de Educação elaboram instrumentos que asseguram o cumprimento do planejamento a ser realizado com o currículo oficial nas escolas do município. Assim as Secretarias de Educação são responsáveis pelo currículo formal das escolas municipais.

Nesse processo, os dados da pesquisa apontou uma diferença na organização e elaboração do currículo entre os dois municípios. Em Bocaiuva os professores de todas as áreas e supervisores das escolas municipais são convidados a participar do processo de elaboração da proposta oficial do currículo da Secretaria Municipal de Educação. Em Janaúba, a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, elabora o currículo oficial, que é enviado para as escolas.

No município de Bocaiuva a Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação descreve que o currículo das escolas do município:

É elaborado de acordo com os PCN, as propostas curriculares do Estado (CBC) e os cadernos do CEALE. O currículo da SME de Bocaiuva é o mesmo adotado pelo Estado de Minas Gerais. O município trabalha com o currículo oficial, o mesmo do MEC e da SEE/MG. Esse currículo é adaptado aos Planos Anuais de Ensino, elaborado pela equipe pedagógica da SME, juntamente com os professores e a equipe pedagógica das escolas

municipais  
(CPSMEB<sup>6</sup>).

O Plano Anual de Ensino acima descrito é o planejamento das atividades a serem trabalhadas em sala de aula, é elaborado com base nos CBC da SEE/MG, no início do ano letivo, pela equipe pedagógica da SME, pela coordenação pedagógica das escolas e pelos professores das disciplinas. Nas reuniões para elaboração desse instrumento os professores se organizam por disciplinas.

Conforme a Coordenação Pedagógica da SME de Bocaiuva o professor deve fazer as adaptações à sua realidade, sem fugir do básico comum que foi planejado. Ela descreve que: “O que tem no CBC tem que ser trabalhado, o professor pode complementar, de acordo com as necessidades e realidade dos alunos. Esta complementação é chamada de Conteúdos Complementares”.

Apesar de essa Coordenadora mencionar a possibilidade de adaptação do currículo formal à realidade escolar, ela também deixa claro que o que tem no CBC (Currículo Oficial) tem que ser trabalhado. Na verdade, a variação do currículo parece estar ligada à possibilidade de complementação e não de operar um desvio para atender a uma demanda da realidade escolar. Esse sentido de complementação mencionado evidencia a supremacia e poder do currículo oficial, não podendo ser mudado e sim adicionar outras atividades ou conhecimentos que se fizerem necessários. Ainda sobre a elaboração do currículo, a Coordenação Pedagógica da SME de Bocaiúva descreve que:

O CBC traz o conteúdo do 6º ao 9º ano e o Plano de Ensino Anual é elaborado pela equipe pedagógica da SME e das escolas, juntamente com os professores da disciplina, para distribuir os conteúdos a serem trabalhados em cada ano (nível escolar), observando a sequência do conteúdo. É elaborado o Plano Anual de Ensino para cada ano escolar, e em cada ano é distribuído por bimestre. (CPSMEB).

Observa-se assim o processo de elaboração do currículo formal, ou seja, o planejamento e organização dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula nas escolas municipais de Bocaiuva. Dessa forma ao que parece, esse processo de organização e planejamento do currículo, apesar de contar com a participação dos

---

<sup>6</sup> Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Bocaiuva.

professores, contempla o que está oficialmente prescrito.

Foi esclarecido pela coordenadora pedagógica da SME de Bocaiuva que, para a efetivação do planejamento que foi proposto, O Plano Anual de Ensino é o instrumento que assegura o cumprimento do planejamento realizado. Esse instrumento contempla os conteúdos e habilidades básicas que deverão ser trabalhados com os alunos.

No município de Janaúba o currículo formal das escolas municipais, é elaborado pela equipe pedagógica da SME e as escolas se adequam a ele. Na entrevista com a coordenação pedagógica dessa equipe, foi relatado que no processo de elaboração do currículo, há uma preocupação com as avaliações sistêmicas, buscando dessa forma, trabalhar em conformidade com as orientações do Estado, mas que a adequação principal era com a realidade escolar.

A SME de Janaúba acompanha o trabalho realizado pelas escolas por meio de visitas a estas instituições por uma equipe de inspeção escolar. Esta equipe é composta por um técnico, que faz a verificação da escrituração das escolas (livro de ponto, diário de professor, etc) e duas pedagogas que verificam como está o trabalho da supervisão pedagógica das escolas. A avaliação do trabalho realizado pelas escolas municipais, segundo a Coordenação Pedagógica da SME de Janaúba: “[...] é realizada através das visitas da Secretaria às escolas e pelos resultados das avaliações sistêmicas (PROALFA e PROEB)”. De acordo com esses resultados, avalia-se o nível de desempenho da escola e o que precisa melhorar.

### **A materialização do currículo nas escolas**

As supervisoras pedagógicas das escolas municipais de Bocaiuva relataram que essas instituições trabalham com o currículo da SME, buscando analisar a realidade dos alunos para fazer as devidas mudanças. Essas mudanças e adequações, se dão em função do contexto escolar (nível de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, dificuldades decorrentes de falta de material e diferença de idade entre os alunos e indisciplina em sala de aula) e, ainda, em função do contexto social (falta de apoio e estrutura das famílias).

A despeito da Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação ter relatado o envolvimento das escolas na elaboração do currículo Formal das escolas de Bocaiúva,

Observou-se que esse currículo ainda não atende as reais necessidades das escolas. Os relatos das coordenadoras pedagógicas das escolas de Bocaiuva demonstraram que as mudanças no currículo formal são aplicadas no dia a dia, por meio de projetos e são percebidas no trato com as disciplinas, com os objetivos e com os conteúdos ministrados.

O relato das professoras das escolas municipais de Bocaiuva reafirmou o processo de adaptação do currículo formal para atender às necessidades das salas de aula. A fala de uma professora é emblemática nesse sentido:

[...] recebemos os objetivos a serem trabalhados. Esses objetivos não são seguidos à risca, pois trabalhamos de forma a atender as necessidades dos alunos. Assim montamos um trabalho no qual o nosso objetivo maior é ensinar os nossos alunos a ler, escrever e prepará-los para viver em sociedade. (PROFESSORA 1).

Ao que parece, a prática cotidiana das escolas municipais de Bocaiúva levam em consideração a realidade na qual estão inseridos os sujeitos da educação, além de considerar as peculiaridades das crianças. Daí pode-se inferir que o currículo formal é um documento que orienta as ações práticas da escola e não uma fôrma para aprisionar seu cotidiano.

No entanto quando não é possível o alcance do cumprimento dos objetivos e conteúdos estabelecidos em função dos diversos problemas enfrentados pelas escolas, busca-se alternativas por meio de projetos. Essa situação foi relatada pelas supervisoras de duas escolas de Bocaiuva: “[...] as mudanças no currículo, são aplicadas no dia a dia por meio de projetos e são percebidas no trato com as disciplinas, com os objetivos e conteúdos ministrados” (S1). E ainda “[...] para adaptar o currículo com a realidade do aluno, realizamos projetos interdisciplinares. Fazemos projetos de leituras, utilizamos temas como: meio ambiente, folclore, entre outros” (S2). Ao que parece os projetos são utilizados para alcançar os objetivos do currículo formal que inicialmente não foram bem sucedidos.

As entrevistas com as coordenadoras pedagógicas das escolas municipais

de Janaúba demonstraram que estas instituições trabalham com o currículo que é oficialmente elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, mas que também ocorre um planejamento curricular com o objetivo de realizar mudanças no mesmo, de acordo com as necessidades dos alunos.

Os relatos das professoras das escolas de Janaúba apontam que o currículo da escola é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação. Elas recebem o currículo pronto. Em relação ao trabalho da escola com o currículo formal foi descrito “que as mudanças são realizadas de acordo com a realidade da escola” (PROFESSORA 4). Observou-se ainda, no relato dessa professora que as mudanças realizadas com o currículo formal, ocorreram em função da falta de livros para se trabalhar com os alunos. A situação econômica dos alunos, a carência em relação ao material específico para se trabalhar com os conteúdos prescritos, gera segundo esta professora, necessidades de mudanças no currículo.

Na fala de outra professora, observou-se que a indisciplina em sua sala de aula é um grave problema. Segundo essa professora, os alunos são oriundos de classe média baixa, onde as questões sociais têm um grande peso, sendo eles, em sua maioria, de famílias desestruturadas, o que acaba por afetá-los em seu desenvolvimento, tanto pessoal quanto cognitivo. Em função desses problemas, ela não consegue atingir o esperado na aplicação do currículo formal, o que exige modificação. (PROFESSORA 5)

Foi relatado pela Professora (P. 6), que ela trabalha o currículo como lhe é passado e consegue atingi-lo todo ao final do ano letivo, mas procura maneiras de trabalhar cada conteúdo de forma concreta, levando os alunos a passeios, promovendo passeatas de conscientização pelo bairro, adequando assim todo conteúdo à realidade deles, mas sem fugir do foco central. Observa-se que essa professora relata que trabalha com o currículo formal, conseguindo atingir toda a proposta curricular, utilizando várias estratégias para atingir a realidade dos alunos, porém diz cumprir todo o currículo proposto.

Na entrevista realizada com a professora (P.3) foi relatado que ela encontra diversas dificuldades em sua sala de aula, devido a vários fatores tais como: diferença de faixa-etária entre os alunos, deficiência em várias matérias como

Português e Matemática e falta de participação e auxílio da família. Essa professora relatou que a sua prática é aplicada de forma diferenciada da que está no currículo formal, sendo que esse é transformado e trabalhado conforme a realidade da turma, levando em consideração a situação vivenciada em sala de aula.

Percebe-se, mais uma vez, a influência do contexto escolar e social nas mudanças realizadas no currículo escolar, a professora descreve suas dificuldades em trabalhar com o currículo formal, que foi elaborado pela Secretaria Municipal de educação em função desses fatores. Sendo assim o currículo formal, mesmo tendo o objetivo de organizar e planejar as atividades a serem realizadas em sala de aula, acaba por gerar dificuldades na sua efetiva execução em função da realidade concreta dos alunos, que ao que parece não havia sido contemplada inicialmente.

### **Considerações finais**

Os profissionais das escolas recebem o currículo pronto, a despeito de nem sempre ser trabalhado à risca. Os projetos alternativos para sanar dificuldades ainda são mecanismos fortemente ligados ao documento formal.

Com frequência, nas entrevistas, foi manifestada a consciência da necessidade de mudanças no currículo em função das situações enfrentadas pela escola: falta de material didático; contingências de sala de aula, como indisciplina; baixo nível social dos alunos, famílias desestruturadas, fatores estes que fazem com que não se consiga atingir o esperado na aplicação do currículo formal.

Observou-se nos diversos relatos das professoras e supervisoras das escolas, evidência clara da necessidade de adequação do currículo formal elaborado pelas Secretarias de Educação dos dois municípios analisados ao contexto escolar. Ficou evidente a necessidade de mudanças no currículo formal em função das situações enfrentadas pela escola, fatores estes que fazem com que não se consiga atingir o esperado na sua aplicação.

O fato de algumas professoras declararem não conseguirem trabalhar com o currículo conforme foi planejado pode ser visto sob dois aspectos: de um lado pode-se estar percebendo as vozes das carências dos alunos; e de outro podemos

interpretar como sinal da resistência das professoras em seguir às orientações formais do currículo.

De qualquer modo isto pode resultar em problemas para as escolas e seus profissionais em relação aos resultados das avaliações sistêmicas. As escolas podem obter baixo desempenho nas avaliações sistêmicas e o trabalho dos seus profissionais pode ser questionado como não satisfatório, em função da organização das orientações para se garantir o efetivo cumprimento do currículo prescrito.

Com esta pesquisa constatou-se que os fatores principais que influenciam nas mudanças realizadas no currículo formal nas escolas são: cultura local, contexto social, contexto escolar. Esses fatores foram apontados por todas as professoras como motivo de realização de mudanças no currículo, ou seja, de não se seguir fielmente o currículo prescrito, apesar de todo o controle exercido pelos órgãos oficiais.

Destacamos ainda a importância dada, pelas instâncias superiores, observadas nas entrevistas com as pedagogas das Secretarias Municipais de Educação dos dois municípios, aos processos de avaliação aos quais as escolas são submetidas. Essas avaliações, tanto as internas quanto as externas, servem como meio para o monitoramento e controle do cumprimento do currículo formalmente prescrito. Talvez esteja aí um dos grandes impasses do processo educativo revelado durante esta pesquisa, qual seja: o de que a escola deve se preocupar com as reais necessidades de seus alunos e com o atendimento à fiscalização, exercida pelos órgãos superiores da Educação. Ocorre que os procedimentos de fiscalização e controle têm uma perspectiva macro, enquanto que no dia-a-dia a escola tem, necessariamente, que estar atenta às peculiaridades dos sujeitos da educação, buscando adequar-se às suas reais necessidades.

Por fim, observou-se ainda a avaliação do trabalho realizado pelas escolas, pelas Secretarias de Educação, cujas visitas registram os resultados das avaliações internas (resultado individual dos alunos, índice de aprovação no ano da escola, testes diagnósticos, Planos de Metas, que são elaborados por bimestre). Importa, contudo, destacar o quanto esses mecanismos engessam o processo educativo, colocando em segundo plano as diferentes relações que cada comunidade, aluno e



profissional têm com o conhecimento.

O que se observa é que o planejamento das atividades a serem realizadas em sala de aula, na verdade, atende a uma orientação externa ao contexto escolar. Orientação esta que determina qual conhecimento foi eleito para se trabalhar nas escolas municipais. Segundo o que foi relatado pelas professoras, esse conhecimento está distante de satisfazer às necessidades dos alunos e das escolas.

Esse processo de elaboração do currículo formal e de avaliação de seu efetivo cumprimento e do trabalho realizado pelas escolas municipais apresenta duas faces. De um lado, é um processo de controle e regulação do conhecimento trabalhado nas escolas através do currículo, assegurando o cumprimento das propostas curriculares do Estado; de outro, há uma garantia da uniformidade do trabalho realizado com o currículo, assegurando o oferecimento de uma gama de conhecimentos mínimos para o aluno, para que disponha de condições básicas para exercer sua cidadania.

Nesse contexto, as escolas vivem um impasse: de um lado, precisam atender às demandas reais da comunidade que assistem; de outro – pressionadas pelas avaliações sistêmicas – se veem na obrigação de apresentar resultados satisfatórios aos órgãos reguladores. Esse dilema, muitas vezes, dificulta o entendimento do que é o papel real da educação: formar sujeitos capazes de atuar na sociedade, ou seja, que o currículo supere essa dicotomia e seja de fato instrumento capaz de colaborar para a formação da identidade do cidadão brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

BIANCHI, José João Pinhanços. **A educação e o tempo: três ensaios sobre história do currículo escolar**. SP: Unimep, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASÍLIA. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros curriculares nacionais**. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 2001.

COLL, César. **Psicologia e Currículo**: Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Trad. Claudia Schlling. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

FOURQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, *et al.* (Org.). **Currículo**: questões atuais. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Currículo, cultura e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O que produz e o que reproduz em educação**: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Tomáz Tadeu (Org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Teresinha Maria Neli. **A construção do currículo na sala de aula**: o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.